



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE QUÍMICA
CURSO: LICENCIATURA EM QUÍMICA
DISCIPLINA: PROJETO FINAL DE CURSO

MONOGRAFIA
PROJETO FINAL DE CURSO

**A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DOS CURSOS DE
LICENCIATURA NA ABORDAGEM DE PROBLEMAS
SOCIAIS E FAMILIARES**

Aluno: FÁBIO JUNIOR MOREIRA NOVAES
DRE: 104062291

MAIO de 2009



**A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA
ABORDAGEM DE PROBLEMAS SOCIAIS E FAMILIARES**

FÁBIO JUNIOR MOREIRA NOVAES

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE QUÍMICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO FINAL
PARA A OBTENÇÃO DE GRAU EM LICENCIATURA EM QUÍMICA

Banca Examinadora:

IRACEMA TAKASE, Instituto de Química/UFRJ
(orientadora)

JULIANA RANGEL DO NASCIMENTO, Empresa de Pesquisa Energética/RJ
(orientadora)

ROBERTO DE BARROS FARIA, Instituto de Química/UFRJ

FÁBIO SEBADELHE SALES, Conselho Tutelar /RJ

RIO DE JANEIRO - RJ / BRASIL

MAIO / 2009



FICHA CATALOGRÁFICA

Novaes, Fábio Junior Moreira.

A necessidade de adequação dos cursos de licenciatura na abordagem de problemas sociais e familiares / Fábio Junior Moreira Novaes. Rio de Janeiro: UFRJ/IQ, 2009. ix, 58 p.; il.

(Monografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Química, 2009.

Orientadores: Iracema Takase e Juliana Rangel do Nascimento

1. Educação. 2. Problemas familiares. 3. Problemas sociais. 4. Monografia. (Graduação – UFRJ/IQ). 5. Iracema Takase 6. Juliana Rangel do Nascimento. I. A necessidade de adequação dos cursos de licenciatura na abordagem de problemas sociais e familiares



**Dedico este trabalho a todos que
contribuíram para essa realização, em
especial a minha mãe Nilda Moreira Novaes,
que em muito supriu minhas necessidades,
me dando coragem para continuar e viver
esse nosso sonho.**



AGRADECIMENTOS

- ❖ A Deus pela provisão, segurança e motivação;
- ❖ A minha família, em especial a minha mãe, Nilda, pelo sacrifício e dedicação;
- ❖ Aos professores que contribuíram para meu crescimento científico e intelectual.
- ❖ As professoras orientadoras e exemplo de dedicação, que com suas críticas contribuíram para meu crescimento durante essa jornada.
- ❖ Aos amigos e colegas, pessoas que me apoiaram e se dedicaram em momentos difíceis durante toda a graduação;
- ❖ A minha namorada, pela compreensão dos momentos não partilhados, ajuda e incentivo com os estudos.



SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
GLOSSÁRIO	X
RESUMO.....	XI
1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. MOTIVAÇÃO PARA ESTUDO DO TEMA	14
2. OBJETIVOS.....	15
3. DESENVOLVIMENTO/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
3.1. O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: REVOLUÇÕES E ESTRURA FAMILIAR 16	
3.2. CRISE DA FIGURA MASCULINA	18
3.3. <i>KING'S KIDS</i> – A TURMA DO REI.....	18
3.4. A CAMPANHA DE <i>KING'S KIDS</i>	19
3.5. RELATOS	21
3.6. A PRESENÇA DOS PAIS.....	25
3.7. INVERSÃO DE PAPÉIS FAMILIARES	26
3.8. A AUSÊNCIA DA FIGURA PATERNA... ..	27
3.8.1. NO ASPECTO ESCOLAR:	28
3.9. A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL	28
3.10. O PAPEL DO PROFESSOR.....	32
3.11. A ATUAL GRADE DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IQ/UFRJ	33
3.12. POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....	34
4. METODOLOGIA.....	36
5. RESULTADOS	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
ANEXO I.....	48
ANEXO II.....	51
ANEXO III	55
ANEXO IV	57



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Procedência da Criança ou Adolescente, vítima de Abuso Sexual
Tabela 2	Procedimentos Adotados diante de Caso de Abuso Sexual
Tabela 3	Sintomas apresentados por Crianças ou Adolescentes Sexualmente abusados
Tabela 4	Dever do Professor em Casos de Abuso Sexual
Tabela 5	Respostas de Entrevistados diante de um Caso de Abuso Sexual
Tabela 6	Responsáveis pelas Crianças e Adolescentes vítimas de Violência (Sexual ou de Outra Natureza)
Tabela 7	Escala de Consideração a Respeito do Preparo Profissional obtida pela Universidade acerca de Casos de Violência a Criança e ao Adolescente
Tabela 8	Maneira como problemas de Violência Familiar ou Social afetam ao Aprendizado de Química e de Outras Disciplinas
Tabela 9	Disciplinas que poderiam agrupar o Problema da Violência Sexual



ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1 Retratação da inversão de papéis familiares (Paterno vs. Materno)
Figura 2 Capa do livro “Labirintos do Incesto”
Figura 3 Pirâmide de prioridade na qualificação do licenciando



GLOSSÁRIO

SIGLA

SIGNIFICADO

CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança E do Adolescente
IML	Instituto Médico Legal
IQ	Instituto de Química
JOCUM	Jovens com Uma Missão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
KK	King's Kids (A Turma do Rei)
RJ	Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal Do Rio De Janeiro



RESUMO

Diante de uma experiência importante para a minha formação profissional, preocupo-me em relatá-la para outros, atuais e futuros educadores. Em janeiro de 2008, participei de um projeto social e de desenvolvimento humano, denominado King's Kids. O projeto, voltado para crianças e adolescentes se diferencia de uma colônia de férias pela reprodução de um ambiente cuja atmosfera se assemelha a um ambiente familiar. A problemática vivida por estas crianças é e será a mesma enfrentada pelos alunos nas escolas de Ensino Médio e Fundamental. Pude compartilhar de suas realidades e foi marcante o relato de grande número delas que sofreram diversos tipos de violência domiciliar (cerca de 85% dos casos), incluindo sexual. E disto resultam suas dificuldades de relacionamento interpessoal, tanto no aspecto social quanto no sentimental. Alguns sintomas de tais atos de violência foram diagnosticados, como isolamento e comportamento anti-social, indefinição sexual, aversão ao relacionamento sentimental, dissociações entre idade física e mental. Contudo, notam-se crises de identidade, correlacionada diretamente ao histórico familiar: ausência das figuras materna e/ou paterna, sendo esta última a mais comum. Outro aspecto encontrado referente a ausência de uma ou ambas as figuras paternas é a inversão dos papéis familiares, cuja consequência possível é não legitimar a autoridade dos pais dentro da estrutura familiar, podendo se estender para outras instâncias sociais, como pode acontecer com o Estado. Por fim, pode restar nos a pergunta: "Mas o que este tudo tem a ver com o ensino de Química? E de que maneira eu professor de química posso ser afetado por tal realidade ou mudá-la?" Considerando que a escola, entidade representante do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania, esta se mostra como lugar ideal para detecção e intervenção em casos de violência contra crianças e adolescentes. Porém, como um dos futuros representantes do Estado para a formação e educação desses indivíduos, sinto-me totalmente desqualificado pela formação acadêmica que tenho tido, para lidar com realidades deste tipo. Penso que os cursos de licenciatura devem assumir o papel de qualificação profissional de seus licenciandos, informando-os sobre o tema, a legislação aplicada e sobre os direitos da criança e do adolescente. Desta forma, educadores preparados poderiam identificar, mais precocemente, sintomas do abuso sexual e outros tipos de violência nessa faixa etária e promover uma intervenção mais precoce, com o intuito de evitar ou amenizar as consequências que tais problemas familiares e sociais, podem ter sobre o aprendizado destes educandos, sobre seu convívio social e exercício da cidadania.

PALAVRAS CHAVE:

Educação, Licenciatura; Problemas Sociais; Problemas Familiares; Ausência Paterna.



1. INTRODUÇÃO

Diante de uma experiência importante para a minha formação profissional, preocupo-me em relatá-la para outros, atuais e futuros educadores. Ainda que alguns não consigam perceber relação alguma de experiências como estas com suas disciplinas foco, ao final, estarei relatando que associações vêm existir entre os temas. Minha experiência se iniciou em janeiro de 2008, quando participei de um projeto de trabalho social e desenvolvimento humano, denominado King' Kids¹. O projeto, voltado para crianças e adolescentes de comunidades carentes do Rio de Janeiro, contava com cerca de 70 participantes, sendo 17 deles voluntários do projeto. Sua metodologia consistia basicamente da divisão destas pessoas em três grupos menores, onde era criada uma atmosfera familiar. Dentre os voluntários, alguns foram selecionados e convidados a exercerem papéis fictícios de pais ou irmãos mais velhos.

O papel que exerci foi de “pai”, com responsabilidades sobre 17 “filhos”, de ambos os sexos. Os grupos criados eram coordenados por dois jovens, um estudante administração e outro de psicologia, que já desenvolvem trabalhos sociais em favelas do estado do Rio de Janeiro.

Ainda que eu esteja iniciando minha experiência na carreira de docente, pude perceber, a partir do convívio com “minha família”, que a problemática vivida por estas crianças é e será a mesma enfrentada pelos alunos nas escolas de ensino médio e fundamental. Pude compartilhar da realidade destas pessoas: viver diante da diversidade – idades, raças e níveis sociais. Foi marcante o relato do grande número de crianças que sofreram e sofrem violência sexual, dentro de suas próprias casas. E disto resultam suas dificuldades de relacionamento interpessoal, tanto no aspecto social quanto no sentimental. O isolamento é só uma das reações a realidade vivida por eles. A indefinição sexual e total aversão ao relacionamento sentimental com o outro, são outras pontas deste “iceberg”. Percebem-se nitidamente atitudes imaturas e dissociações entre idades físicas e mentais.

Um fato gratificante é que, através da retomada do sentimento da família, estas crianças usam o “convívio familiar” para despertar para algumas sensações não vividas anteriormente: brincar como criança e interagir com as demais crianças e adolescentes, muito embora a relação com a figura daquele que representa seu algoz,

¹ Ministério internacional da JOCUM (Jovens Com Uma Missão), em parceria com famílias e igrejas, com o compromisso de providenciar programas, materiais e oportunidades para ajudar o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes.



ainda permaneça obscura. Notam-se crises de identidade, correlacionada diretamente a seu histórico familiar: ausência das figuras materna ou paterna, esta última sempre mais inexistente. Em especial para os meninos, a presença do pai resgata padrões de comportamento social, tanto para questões sexuais quanto sociais. Diante da ausência desta figura, verifica-se a busca por ela, em outros membros da família: avô, tio, primo ou amigos. Infelizmente, o que se vê é que por uma omissão das autoridades competentes, essa carência acaba sendo suprida por traficantes, envolvendo-os nesse estilo de vida. O tráfico acaba se incumbindo de papéis que deveriam ser do Estado e da família.

No caso em especial das meninas, a carência paterna as deixa vulneráveis, sob os aspectos sentimental, sexual e emocional. Sentem-se desprotegidas, pela ausência da figura paterna. Busca então suprir suas carências tendo interesse em meninos/homens mais velhos, grupo onde o professor não se encontra excluído, e por isto este deve estar sempre atento, já que não é difícil que isso aconteça, onde a figura do educador se torna mais forte que a dos pais, o que o torna alvo perfeito para descarga dessa carência.

Em sua maioria, os problemas sexuais existentes encontram origem na criação desses indivíduos, ligados a situações traumáticas vividas, que os tornam vulneráveis/despreparados/frágeis, apesar de fisicamente estarem “sexualmente maduros”.

Uma alteração interessante de se notar é a que ocorre de inversões dos papéis familiares. Na ausência da figura paterna, a mãe assume este papel e passa o seu para os filhos mais velhos. Estes por sua vez, perdem suas identidades, amadurecem antes do tempo, na medida em que se vêem responsáveis pela vida de irmãos mais novos, os quais passam a desconhecer a autoridade dos pais, por não legitimarem este papel dentro da estrutura familiar. As conseqüências para essa família são incalculáveis.

Pode lhes restar a pergunta: “Mas o que este tudo tem a ver com o ensino de química? E de que maneira eu professor de química posso ser afetado por tal realidade ou mudá-la?” Gostaria de dizer-lhes que como um dos futuros representantes do Estado para a educação desses indivíduos, vejo que o meio social é parte das peculiaridades que cada indivíduo tem como um dos elementos do processo de ensino-aprendizagem, e por isso sinto-me totalmente desqualificado pela formação acadêmica que tenho tido, para lidar com realidades deste tipo. E por fazer parte de uma nova geração de educadores, penso que os cursos de licenciatura devem assumir tal papel na qualificação profissional de seus licenciandos. Precisamos de uma qualificação sólida, não só sob o aspecto técnico, mas também afetivo e



comportamental, para lidar com questões tão corriqueiras. Algumas perguntas ainda restam: “Como fazer isto? Como preparar os futuros educadores para lidar com esta problemática? Quais impactos isto trará para o aprendizado de sua disciplina?” Bem, esta é uma discussão que muito pode se alongar, onde centraríamos a pauta entre teoria e prática. Mas o imprescindível é que o contato com comunidades deste tipo ocorra desde o início dos cursos de formação de professores, jamais negligenciando a necessidade de um embasamento teórico, necessário para conscientizar o licenciando sobre o futuro que o espera. Minhas sugestões passam por incrementos em atividades do tipo: agregação dos temas nas disciplinas ligadas a educação, mesas redondas, palestras, grupos de discussão, participação em atividades de outros grupos que trabalham com público similar, e ainda integração com os grupos de pesquisa das Faculdades de Educação (serviço social, pedagogia, psicologia), incluindo também uma estrutura de profissionais a disposição, tais como psicoterapeutas, psicólogos e professores da educação.

A conclusão maior que se chega é que os responsáveis por atividades de coordenação devem atentar para as necessidades de seu corpo discente, adequando a teoria acadêmica a prática educacional.

1.1. MOTIVAÇÃO PARA ESTUDO DO TEMA

A motivação pela qual escolhi o tema foi a preocupação em relatar tais experiências, uma vez que sei que estas se repetem na vida de muitos alunos do ensino fundamental, médio, técnico e possivelmente no nível superior. Acredito que o papel do professor é representar o Estado como EDUCADOR e não somente um transmissor de conhecimentos. O educador, pessoa responsável e ciente de suas qualificações, possivelmente identificará tais casos de abuso a saúde física, emocional e psíquica de seus alunos. Uma vez instruído saberá o que fazer ou a quem recorrer. Tal qualificação é apresentada dentro da instituição de ensino e pesquisa descrita pelo primeiro artigo da Lei 9394/1996 – LDB. Minha intenção neste trabalho é a reflexão sobre tal problema e a investigação sistemática do mesmo junto à revisão bibliográfica, apresentando soluções possíveis para este problema.



2. OBJETIVOS

- Relatar experiência vivida em ambiente escolar/familiar;
- Destacar o significado de profissionais da educação, principalmente professores que auxiliam na educação de crianças e de adolescentes, sobre a identificação de problemas intra e inter-familiares de seus alunos;
- Sugerir formas de incremento na qualificação de futuros profissionais da educação.

3. DESENVOLVIMENTO/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Diante dos dois primeiros artigos da LDB, os alunos de um curso de licenciatura, independente da área fim de estudo, encontram-se como responsáveis pelo processo formativo de desenvolvimento humano, cujo papel principal é a formação do aluno, no âmbito social como cidadão e também profissional, ainda que apenas uma iniciação.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, (...) nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Lei 9394/96 - LDB

O primeiro artigo também descreve esta responsabilidade para instituições de ensino e pesquisa, daí essa responsabilidade ser dividida com a escola e a universidade. Por isso, a necessidade de compreensão de disciplinas da área da educação, como Psicologia, Sociologia, Filosofia, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, e outras, já que estas disciplinas ajudarão o licenciando a melhor representar o Estado nesse processo formativo, na construção do conhecimento que vai além da transmissão de conhecimentos.

A proposta desse trabalho é rever e compreender problemas familiares e sociais que parte dos alunos da cidade do Rio de Janeiro (também provável em outros



estados) enfrenta e suas vivências, analisando também o quanto isto afeta o aprendizado destes alunos, tanto da disciplina de química como de muitas outras.

3.1. O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: REVOLUÇÕES E ESTRURA FAMILIAR

O Continente Europeu, durante o século XVIII, foi marcado por diversas transformações como o Iluminismo e a Revolução Industrial. Ambas as mudanças acarretaram em uma reestruturação política, econômica, hierárquica, social e também familiar.

O Iluminismo, também chamado Movimento das Luzes, rompe o pensamento ocidental marcado pelo misticismo religioso para a possibilidade de construção do pensamento sustentado no Racionalismo. O mundo físico e seus fenômenos deixam de ser justificados pela religião e passam a ser explicados pela razão. O Iluminismo foi acima de tudo uma revolução cultural porque propôs uma nova forma de entender a natureza e a sociedade e significou uma transformação profunda na forma de pensar, na medida em que rompeu com a maneira como as pessoas pensavam antes.

Nesse contexto de libertação do pensamento, obteve-se como consequência sensíveis avanços políticos (Crítica ao Absolutismo, à tese do Direito Divino dos Reis, à participação da Igreja na vida pública e a Defesa do contrato como mediador das relações sociais), científicos (Princípio da gravitação universal por Isaac Newton; Joseph Priestley com trabalhos a respeito da formação dos gases e como manipulá-los; Lavoisier com o princípio de que nada se perde e nada se cria, difundindo inclusive o uso da balança), entre outros (PETTA e OJEDA, 1999).

O Iluminismo não só rompe com o universo intelectual dominado pela religião, mas também abre espaço para o universo feminino, até então dominado pelos homens, uma vez que a burguesia não tem sexo e sua ascensão significa uma nova tomada de poder.

A Revolução Industrial, com suas máquinas principalmente a vapor, centralizou e concentrou parte da população em pequenos centros urbanos, antes não tão povoados. Como se vivia uma revolução no conhecimento que se expandiu também para a técnica e produziu um grande número de inventores, estes uniram-se ao interesse burguês para aumentar o comércio e beneficiar a indústria, que buscava o aumento da produtividade (PETTA e OJEDA, 1999).

O crescimento da vida urbana e a reativação da circulação de moedas oferecem aos camponeses a oportunidade de trocarem o trabalho agrícola pela atividade fabril. Até então, o sistema de produção era realizado dentro de casa sob o



auxílio da família e de alguns agregados. Cada família se organizava, sobretudo como unidade econômica de produção, onde tudo que era consumido naquele período era produzido pela própria família (PETTA & OJEDA, 1999). Com o deslocamento do trabalho para fora do espaço doméstico, a família deixa de ser uma unidade de produção para se tornar uma unidade de consumo. Importantes aspectos que efetivaram a divisão sexual do trabalho foram que como o trabalho fabril era basicamente masculino, os espaços públicos cabiam primeiramente aos homens e os espaços privados às mulheres (WANG, 2006).

Tais revoluções trouxeram mudanças significativas na mente humana, um início de liberdade para as mentes antes “escravizadas” (segundo o Iluminismo) e reestrutura os papéis familiares, que nesse contexto ainda aparecem bem definidos.

Nesse cenário, a figura feminina (a mulher) se vinculava aos afazeres domésticos e ao “papel de esposa”, no que concerne à satisfação das necessidades sexuais do marido. Outra concepção, ainda oriunda no imaginário social e religioso, era e é atualmente a figura materna. Dessa forma, as mulheres cresciam e viviam sabendo que deveriam promover o conforto emocional da família. Entretanto, a figura masculina (o homem) estava vinculada a provisão e proteção do lar, de modo a promover o conforto material de sua família (WANG, 2006).

Tais papéis mantiveram-se firmes até meados do século passado, quando então se iniciou uma nova estrutura familiar, denominada de “família contemporânea” (PEREIRA, 1993; WANG, 2006). Uma das características contemporâneas desta família é a necessidade de aumento da renda familiar, principalmente nos grandes centros urbanos (70 % da faixa territorial), e talvez possa se estender tal visão também para o campo.

A família contemporânea possui sua provisão dividida, já que tanto o homem quanto a mulher trabalham fora e em sua maioria as mulheres possuem jornadas duplas, onde além do trabalho extradomiciliar, cumprem com “suas” atividades domésticas quando chegam a casa. Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, e a busca de igualdade dos direitos para homens e mulheres, veio também à luta pela liberdade sexual feminina. Boa parte dessas conquistas é resultado de movimentos feministas que se desenvolvem em praticamente todos os países, que lutam também por direitos essenciais tais como: educação, utilização de creches e serviços de infra-estrutura ou de apoio ao trabalho doméstico, dentre outros (PEREIRA, 1993).

Em meio a todas essas transformações dentro da estrutura familiar, o homem reviu seu papel no relacionamento pai-filho e encontra então espaço para exercer a paternidade. Tal função é abordada como a participação da figura paterna no decorrer



do desenvolvimento da criança, desde o início no período pré-natal até a idade adulta (CIA, 2005).

3.2. CRISE DA FIGURA MASCULINA

As diversas mudanças ocorridas na estrutura familiar resultaram no que se denominou de crise da figura masculina, melhor denominada como a insegurança masculina segundo Wang (2006).

Atualmente a situação do homem é bem diferente do passado. Hoje compartilham a provisão do lar, uma vez que poucos são os que conseguem manter-se no lugar de provedor exclusivo da família. No trabalho alguns disputam cargos com mulheres que desempenham tarefas e funções semelhantes, tão bem ou até melhor do que eles. Além disso, a mulher deixou de ser objeto de satisfação masculina e exige também ser satisfeita sexualmente. Como se não faltasse, os inúmeros casos de disfunção sexual, dentre os quais figuram a impotência e a ejaculação precoce (WANG, 2006). Tais questões põem em cheque a virilidade masculina (<http://ejaculacao precoce.no.sapo.pt/>).

Acredita-se que tal crise ou insegurança masculina, é consequência do efeito que a nova mulher está causando nos homens, os quais insistem em permanecerem antigos, basicamente por ainda não sabem como devem se atualizar (BARASH e DIEHL *apud* WANG, 2006).

3.3. KING'S KIDS – A TURMA DO REI

O *King's Kids* (KK) é um ministério internacional da JOCUM² (Jovens Com Uma Missão), em parceria com famílias e igrejas de todas as denominações. Seu propósito é tornar crianças, adolescentes, jovens e famílias discipulas a um conhecimento bíblico sobre Deus, disseminando essa filosofia e trazendo conforto espiritual.

O ministério KK chegou ao Brasil em 1987 com um pequeno grupo de missionários de JOCUM Brasil. Hoje, em nosso país forma uma rede superior a 180 grupos espalhados por todo território nacional, nos quais crianças e adolescentes são orientados dentro de suas igrejas e comunidades. Para isso, utilizam de atividades lúdicas e educativas, como esportes, música, dança, teatro, acampamentos, etc.

² Jovens Com Uma Missão é uma Missão internacional e interdenominacional de caráter filantrópico, empenhada na mobilização de jovens de todas as nações para a obra missionária.



Dentro dos modelos de acampamentos que KK promove, pude participar de um, o qual fora denominado de “Campanha”. Estes são realizados normalmente nos meses de férias colegiais, janeiro e/ou julho, com extensão em todo o Brasil.

Geralmente as campanhas têm duração de 20 dias, começando com um período teórico, quando os participantes recebem estudos e treinamentos. Posteriormente, saem com a equipe para o que denominam de tempo prático, com disseminação de sua filosofia de forma dinâmica em praças, creches, asilos, praias, casas-lares, escolas e etc.

Outro ponto interessante é que, durante a Campanha, os participantes têm a oportunidade de conhecer pessoas de diversas partes do país e até mesmo do mundo, ou seja, experimentam diferentes culturas e se relacionam com outras pessoas de diferentes denominações religiosas, classes sociais e raças. O diferencial do acampamento, é que toda a estrutura construída para os participantes é montada para que estes sejam inseridos em grupos que se assemelham a de uma estrutura familiar, onde “recebem” pai, mãe e irmãos fictícios, e que durante todo o período estarão representando tais papéis. Todos estes são voluntários experientes e de confiança dos coordenadores do projeto.

Assim, diferente de uma colônia de férias, KK trabalha com aspectos para alguns desconfortantes, tais como relacionamento interpessoal e outros aspectos sócio-educativos. A crença de seus idealizadores é que tal abordagem ajuda a criança/adolescente a se interar melhor com o mundo que o cerca (caso das crianças/adolescentes moradores de comunidades carentes), demonstrando a importância da presença dos pais e da educação, uma vez que outras pessoas (por exemplo, traficantes) podem representar tais papéis.

3.4. A CAMPANHA DE *KING'S KIDS*

A campanha que participei foi realizada entre os dias 5 a 28 de janeiro de 2008. Ficamos alojados no Instituto Metodista Ana Gonzaga em Campo Grande, município do Rio de Janeiro, Brasil. Como dito anteriormente, a Campanha recebe crianças e adolescentes de diferentes classes, e como a JOCUM está alojada em diversas comunidades carentes do Rio de Janeiro, e nestas desenvolvem trabalhos sociais, principalmente com o público infanto-juvenil, tal público é estimulado a participar das campanhas.



A campanha de KK 2008 recebeu 50 crianças e adolescentes, de ambos os sexos e idades que variavam de 5 a 18 anos, 17 orientadores/monitores, todos sob coordenação de dois orientadores responsáveis pelo projeto.

Nesta Campanha, a função que exerci foi de “pai de família”, sobre auxílio de uma “mãe de família” e três “filhos mais velhos” (também orientadores/monitores). Nós éramos responsáveis por 14 crianças e adolescentes com idades que variavam de 8 a 16 anos.

Durante a campanha, diariamente a tarde existia um tempo em que um dos filhos era retirado de suas atividades e passava um tempo em exclusivo convívio com o pai, ou com a mãe, ou com ambos. Dentro desses períodos muito podia ser apreendido sobre suas vivências. Alguns se abriam e relatavam suas experiências e problemas que enfrentavam. Problemas estes que dificilmente, nós, licenciandos e profissionais do meio acadêmico, acreditaríamos existir em nosso contexto social. Dos filhos que possuí, dois declararam sofrer abuso sexual no período da infância (8 a 10 anos) por parte de pessoas próximas ao convívio familiar, parentes ou amigos da vítima. Muito provavelmente era de tal fato que surgia a sua não identificação sexual. Também pude notar pequeno apego emocional e forte comportamento anti-social (não socialização com outras crianças e/ou adolescentes), além de traumas decorridos da infância. Tais comportamentos são, sem dúvidas, resultantes do convívio familiar ou a falta deste.

Muito embora o projeto tenha caráter religioso, com intenção de demonstrar Deus como Pai, ele nos ensina a entender e compreender a importância dos papéis da família e da escola na vida da criança, na estrutura familiar. Não pode ser esquecida também a importância da figura do professor, já que é este a figura mais observada e refletida/espelhada após a figura paterna (www.janehaddad.com.br). O mesmo comportamento se repetia em relação às representantes da figura feminina, refletindo o papel materno.

Dos pontos extraídos durante o convívio com “meus filhos” pude destacar os seguintes:

➤ Pontos Positivos:

- Aplicações de conceitos teóricos e práticos das disciplinas de Educação - capacidade criativa e de improviso;
- Despertamento para futura responsabilidade social sobre grupo de estudantes, em última análise sobre a formação da sociedade;
- Convívio harmônico com as diferenças: classes, raças, idades, entre outros.



- Pontos Negativos:
 - Comportamentos agressivos e antissocial;
 - Violência sexual;
 - Indefinição quanto à identidade sexual;
 - Sexualidade Precoce;
 - Assédio sexual sobre figura masculina “madura”.

- Ponto-Chave em comum:
 - Ausência da figura paterna.

3.5. RELATOS

Do convívio com “meus filhos”, três relatos muito me marcaram. Assim, partes das histórias irei compartilhar com os leitores nos itens abaixo.

3.5.1. Maurício, 16 anos. Relata...

“sofreu violência sexual pelo amigo do irmão mais velho, possui pais separados, com ausência da figura paterna”

Aspecto observado: Demonstra indefinição sexual

Maurício é o filho caçula de uma família de três filhos, conviveu com o pai até os 15 anos. No último ano, seus pais se separaram e Maurício passou a viver somente com a mãe e seus irmãos. Segundo seu relato, a separação de seus pais não lhe trouxe nenhuma mudança em sua vida, uma vez que seu pai passou a maior parte de sua vida ausente, trabalhando (taxista). Maurício também afirma que seu pai é um homem rude e ignorante, cujos comportamentos são típicos de um homem do campo.

Maurício declara ter sofrido violência sexual por parte do amigo do irmão mais velho. Tal violência foi iniciada quando Maurício tinha oito anos de idade e perdurou até seus 12 anos, e admite não ter comunicado para sua família por vergonha e medo de rejeição.

Durante período de convívio familiar e participação nas atividades do projeto, grandes mudanças foram observadas em seu comportamento, que melhorou significativamente e criou grande vínculo com o grupo de teatro que participou. Além



disto, desenvolveu bastante a questão afetiva, pois realizou diversas atividades em conjunto comigo e o resto de sua “família”. Ainda hoje mantenho contato com Maurício, hoje namora uma menina de sua idade. Segundo relatos recentes do próprio, seus relacionamentos intra e inter-familiares estão melhores. Seu pai continua ausente, mas ele tem conseguido amadurecer, mesmo sem a presença deste.

Badinter (*apud* Costa, 1993) e Costa (www.cetrans.com.br) mostram que as conseqüências da carência paterna são tão graves como a materna, já que a condição humana torna necessária a relação com a figura masculina e feminina para um desenvolvimento harmônico da identidade, ou seja, da construção dos gêneros, visto numa perspectiva relacional.

Numa conversa com Maurício, observei que ao tentar me tocar, esse se retraiu o que demonstrou alguma insegurança. O psicanalista Guy Corneau (*apud* Costa, 1993) descreve que ao ver outros homens, *tocá-los*, falar-lhes, confirma em cada um a identidade masculina. Corneau também afirma que esse contato não é neutro, já que um homem adulto reforça a identidade do menino e anula os maus hábitos herdados do corpo-a-corpo com a mãe.

Maurício, não se afirmava quanto sua opção sexual, havendo alguma fragilidade de sua identificação masculina, muito ligada ao silêncio dos pais.

“O olhar dos pais e a convicção que têm quanto ao sexo de seu filho são determinantes para o desenvolvimento da sua identidade sexual”

(Corneau *apud* Costa, 1993).

Corneau (*apud* Costa, 1991) nos recorda ainda que a presença ou ausência paterna interfere intensamente em sua capacidade de acessar a agressividade (afirmação de si e capacidade de defender-se), a sexualidade e aptidão para abstrair e objetivar.

“A ausência prolongada do pai, não importa por qual motivo (...) provoca a falta de confiança em si mesmo, timidez excessiva e dificuldade de adaptação”.

(Corneau *apud* Costa, 1991)

3.5.2. Gabriela, 14 anos. Relata...

“Mora com ambos os pais, embora sofra com a ausência física dos mesmos”

Aspecto observado: Demonstra sexualidade precocemente aflorada



Gabriela é a filha mais velha de um casal de missionários da JOCUM-RJ. Esta relata em suas conversas que antes de virar “mocinha” mantinha bom relacionamento com seus pais, e era a preferida do pai, o qual se mostrava sempre presente e participativo em todas suas atividades. Este comportamento mudou quando esta começou a amadurecer fisicamente, e seu pai decidiu voltar sua atenção para atender a filha mais nova do casal, acreditando estar respeitando a idade física e mental de Gabriela, dando-lhe o espaço que acreditava que ela merecia.

Em função do pouco tempo de convívio com o pai, Gabriela passou a se envolver sentimentalmente com meninos mais velhos, inclinando-se também a homens maduros (segundo relato de seus orientadores religiosos e observação em campo). Vulnerada a desproteção paterna, acredita-se que o substituíra por tais tentativas amorosas, chegando até se insinuar para mim com demonstrações excessivas de afeto.

Tal comportamento é muito passível de ocorrência semelhante nas sala de aula, onde a aluna (o) se insinua para o professor (a), exigindo deste profissional responsabilidade, respeito e ética profissional para não se envolver.

Após as conversas com Gabriela, sempre com a presença de sua “mãe de família”, levava seu caso para discussão com os responsáveis pelo projeto, ambos missionários, sendo um deles estudante de psicologia. Nossas conclusões se resumiam em combater tais comportamentos com esclarecimentos sobre sexualidade, comportamentos esperados e um forte apelo para que ela vivesse sua idade, ou seja, que aproveitasse esse tempo com as responsabilidades de uma adolescente de 14 anos, sem querer avançar no tempo e experimentar coisas que futuramente as viveria de uma maneira mais esclarecedora, madura e segura. Contudo, fazíamos isto sem manipular comportamentos e sim com demonstrações de comportamentos alternativos que a fariam crescer de forma responsável, madura e saudável. Gabriela foi por nós continuamente esclarecida quanto ao seu comportamento. Tais esclarecimentos ocorriam em tempos oportunos e denunciavam suas atitudes, sempre de maneira clara, mostrando as possíveis conseqüências e caminhos alternativos.

3.5.3. Daiane, 12 anos. Relata...

“grande sofrimento em função da morte dos pais e constante variação de responsáveis/lares”



Aspecto observado: Apresenta sintomas agressivos, comportamento anti-social e indefinição sexual.

Daiane perdeu os pais ainda na infância, devido acidente de trânsito. Por conta disso, ela e sua irmã, dois anos mais velha, viveram sob constantes variações de responsáveis e lares, muitos deles parentes. Atualmente, ela e sua irmã vivem com tios. Na atual casa, recebem todo suprimento material necessário, porém a constante lembrança e impossibilidade de chamar alguém de pai e mãe intensificam seu sofrimento, uma vez que seus tios não a permitem que os chamem de pai e mãe. Um fato deve ser destacado: durante toda a campanha, observei como muitos deles se orgulhavam em me chamar de pai e a mãe de família de mãe, além de nos respeitarem como tal.

A perda de contato afetivo com pessoas significativas, ao longo do período de desenvolvimento infantil, através do abandono ou morte dos pais, por exemplo, está associada à dificuldade de estabelecer vínculos posteriores. Os vínculos afetivos se desenvolvem através do processo de apego, e o processo recíproco está instaurado a imagem dos cuidadores primários, gerando um modelo funcional de relacionamentos, os quais possivelmente serão manifestados no futuro (BOWLBY *apud* DELL'AGLIO, 2004). As fragilidades destes vínculos potencializam comportamentos defensivos contra um ambiente inseguro. Destes, destaco os observados na vida de Daiane quando chegou ao acampamento: emoções negativas, comportamento agressivo, dificuldade em desenvolver relações interpessoais iniciais, refletindo um pobre apego (DELL' AGLIO, 2004), desconfiança, baixa auto-estima (na execução das atividades e por não se achar bonita) e anti-socialização. Boa parte de seu comportamento está associada à ausência/morte dos pais, trazendo algumas dessas conseqüências (DELL' AGLIO *apud* ASSIS e CONSTANTINO, 2001; RAMIRES, 2003).

Outro aspecto a ser compreendido é a questão das sucessivas trocas de cuidadores (pais, avós, tios e instituições de abrigo). Toda essa troca potencializa os efeitos do abandono e rejeição, na medida em que os laços afetivos tornam-se quase inexistentes (ASSIS & CONSTANTINO, 2001), por que geralmente são marcadas pela falta de carinho e diálogo (ALTOÉ *apud* DELL' AGLIO, 1993). De forma semelhante, os abrigos dificilmente possuem uma pessoa permanente que desempenhe os papéis paternos, pois as trocas são contínuas, inclusive da administração. Assim, geralmente a institucionalização é vivida como uma experiência negativa, desconsiderando muitas vezes a individualidade, impossibilitando escolhas pessoais (ALTOÉ *apud* DELL'AGLIO, 1990).



Diferentes das outras meninas de sua idade, Daiane não demonstrava interesse em namorar. Vestia-se e comportava-se com poucas demonstrações de feminilidade, o que mudou após o convívio com sua “família”, principalmente com a “mãe” quando passou a soltar mais o cabelo, usar cores femininas como rosa e até conversou comigo sobre um menino que se interessou na escola, o que demonstrou aumento de sua auto-estima, já que se declarava feia.

Segundo Ferrari *et al* (2002), *“a presença de ambos os pais é que permite à criança viver de forma mais natural os processo de identificação e diferenciação”*, e quando um falta, ocorre sobrecarga no papel do outro, gerando um desequilíbrio que pode causar prejuízo na personalidade do filho.

Não somente o estereótipo de Daiane mudou, mas também o comportamento anti-social, retornando a identidade que acreditávamos antes existir. Sua participação no projeto lhe trouxe a segurança que necessitava para reviver emoções antes sufocadas manifestas na atenção para com todos, desempenho nas atividades (participou do grupo de dança do projeto) e espontâneas manifestações de afeto. Tais comportamentos foram reforçados durante todo o projeto.

3.6. A PRESENÇA DOS PAIS

Steinberg (2000), numa revisão da literatura sobre família e o desenvolvimento de adolescentes, afirma que em família cujos pais apresentam diálogo, como prática educativa, os filhos demonstram altos índices de auto-estima, autoconfiança e seu desempenho escolar é satisfatório. Além disso, apresentam menos depressão, ansiedade e comportamentos anti-sociais, incluindo a delinquência e o uso de drogas.

Para De Antoni *et al.* (1999), a família caracteriza-se como *“principal fonte de apoio, cuidado e afeto, possibilitando que seus membros adquiram senso de estabilidade e permanência.”*

(Dell’ Aglio, 2004)

“(...) a presença de ambos os pais é que permite à criança viver de forma mais natural os processo de identificação e diferenciação(...) quando um falta, ocorre sobrecarga no papel do outro, gerando um desequilíbrio que pode causar prejuízo na personalidade do filho.”

(Ferrari *apud* Eizirik & Bergamann, 2004)

Tais afirmações acima foram vivenciadas quando de meu convívio com estas crianças e adolescentes. Observou-se que os mesmos mudavam seus comportamentos pela simples convivência, quando acolhidos por pessoas que

representavam a figura de seus familiares. Cabe ressaltar que muito embora fosse um retrato da maioria, nem todos ali passaram pelos problemas que descrevi. Ainda que apenas três histórias tenham sido citadas, isto não quer dizer que as demais não mereçam destaque. A questão é que os três casos relatados foram mais trabalhosos e exigiram mais atenção de todos os envolvidos ao projeto. Estas são histórias repetidas em outras famílias até hoje, tendo em vista o fato desse projeto se repetir em quase todos os estados, países onde King's Kids/JOCUM está presente.

Minha preocupação em relatar tais experiências é de saber que estas se repetem na vida de muitos alunos do ensino Fundamental, Médio, Técnico e possivelmente superior. Como sabemos, o papel do professor é representar o Estado como EDUCADOR e não somente um transmissor de conhecimentos, sendo assim quando este profissional torna-se responsável e ciente de suas qualificações, possivelmente será capaz de identificar tais casos de abuso a saúde física, emocional e psíquica de seus alunos. Uma vez instruído, o professor saberá o que fazer ou a quem recorrer em caso de detecção de tais problemas. Tal qualificação pode (e deve) ser apresentada dentro da instituição de ensino e pesquisa descrita pelo primeiro artigo da Lei 9394/1996 – LDB. Minha intenção fora a reflexão de tal problema e a investigação sistemática da mesma junto à revisão bibliográfica e se possível apresentar uma cabível solução.

3.7. INVERSÃO DE PAPÉIS FAMILIARES

Outro problema enfrentado e de difícil resolução é a inversão de papéis familiares, conforme figura 1. Este é resultado da substituição de um dos papéis familiares, oriundo da ausência de uma das figuras ou indiferença, e que possivelmente resulta numa trágica confusão de identificação social e familiar.

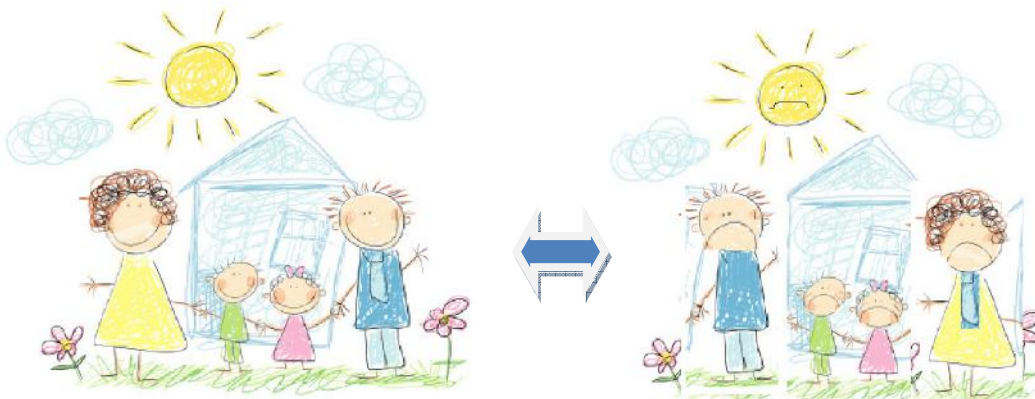


Fig. 1 – Retratação da inversão de papéis familiares (paterno x materno).

Um exemplo bem conhecido da mídia foi o de Fabiana descrito em seu livro “Labirintos do Incesto” (Fig. 2), que descreve uma história de violência sexual por parte do pai, contando com a conivência da mãe, passando a desempenhar as funções sexuais, assumindo, portanto o papel de esposa. Caso tivesse engravidado, certamente, assumiria também o papel materno (VECINA, 2002).



Fig. 2 – Capa do livro “Labirintos do Incesto”

Outros exemplos mais comuns são facilmente identificados como o resultado da ausência da figura paterna, é quando a mãe assume o papel de supridor e protetor da família (sob uma ótica mais tradicional “papel paterno”), delimitando o materno e curador para seus filhos mais velhos, que os exercem sobre os irmãos mais novos e estes, por sua vez, passam a não mais reconhecerem a autoridade dos pais e com dificuldade as dos irmãos, e muito provavelmente não reconhecerão a autoridade do Estado, seja este representado por quem for inclusive o professor.

Segundo Ferrari *et al* (2002) em casos semelhantes, é preciso trabalhar os papéis e suas respectivas responsabilidades. O profissional terá de ser firme em relação aos limites que serão estabelecidos.

3.8. A AUSÊNCIA DA FIGURA PATERNA...

As possíveis conseqüências em função da ausência masculina podem ser malélicas em diversos aspectos da vida da criança ou adolescente, tais como:



Delinqüência juvenil masculina (Sena, Machado e Coelho, 2003) e feminina (Dell' Aglio, 2004); Efeitos de abandono e rejeição (Assis & Constantino apud Dell' Aglio, 2004); Indefinição quanto à identidade sexual, falta de confiança em si mesmo, timidez excessiva e dificuldade de adaptação (Corneau apud Costa, 2002; Wang, 2006); Dificuldade de (re) conhecer limites e de aprender regras de convivência social (Muza apud Eizirik & Bergamann, 2004; Wang, 2006); Predisposição a iniciação da atividade sexual e gravidez precoce (Taquette, 2008); Inversão de papéis familiares (Ferrari et al, 2002) entre outros.

Tal ausência foi um ponto em comum das histórias aqui relatadas, e que hoje afetam cerca de 66 mil novas famílias brasileiras por ano (www.ibge.gov.br). Pode-se dizer que tal aspecto deve servir de motivação para as conseqüências acima listadas. Por isso percebe-se a necessidade de desenvolvimento científico e adequação para o tratamento de tais problemas e abordagem por profissionais específicos da área da educação e/ou Ciências Humanas.

3.8.1. NO ASPECTO ESCOLAR:

Segundo Montgomery (1998 *apud* Eizirik, 2004)

- Crianças com ausência do pai biológico têm duas vezes mais probabilidade de repetir o ano escolar;
- Crianças que apresentam comportamento violento nas escolas têm 11 vezes mais chances de não viver na companhia do pai biológico, do que crianças que têm comportamento violento nato.

Segundo Shinn (1978 *apud* Eizirik & Bergamann, 2004)

- Foi identificado que crianças cujo pai é ausente apresentam pobre desempenho em testes cognitivos.

3.9. A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência contra a criança e o adolescente é constatada como um fenômeno universal e endêmico, presente em todas as classes sociais, indiferente à idade, etnia, religião ou nível cultural (ALGERI, 2005; ALGERI, 2006; TERADA *et al*, 2006).



Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) anualmente 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência intrafamiliar no Brasil. Cerca de 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e adolescentes são vítimas de incesto. Estudos do IML e do Pavas em SP revelam que apenas 10 a 15 % dos casos são revelados (BRINO, 2003).

Para Azambuja (*apud* Algeri, 2005) os maus tratos são atualmente considerados como uma das principais causas de morte de crianças e, portanto, um problema de Saúde Pública.

Dentre as violências cometidas contra crianças e adolescentes estão: a violência física (beliscões, tapas, ferimentos diversos e até o óbito); psicológica (depreciação verbal da auto-estima, em que bloqueia a capacidade cognitiva e emocional, xingos, gritos e ameaças); negligência (omissão ou privação de cuidados básicos para o desenvolvimento sadio e digno como cuidados médicos, vestimenta, alimentação, higiene e não freqüentar a escola); abandono (ausência parcial ou total, expondo a criança em situações de risco psicossociais) e por último a violência sexual definida como ato ou jogo sexual, entre um adulto e uma criança com diferença de idade mínima de cinco anos, em que há a finalidade de estimular sexualmente o outro e a si próprio, envolvendo desde manipulações dos órgãos genitais até o estupro. A exploração sexual através da pornografia infanto-juvenil ou mesmo a prostituição, também é considerada um tipo desta violência.

Os efeitos da violência contra crianças e adolescentes podem ser conhecidos (Terada *et al*, 2006) e se manifestam de várias formas, em qualquer idade. Manifestações internas como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático, comportamento agressivo, impulsividade, delinquência, hiperatividade ou abuso de substâncias (ALGERI, 2005). E manifestações externas na fase adulta, em reproduzir a violência sofrida quando criança ou omissão frente a um caso (ALGERI, 2005 e 2007).

A violência é discutida na literatura científica desde a década de 90 (ALGERI *et al*, 2007). Algeri (2006) ressalta que a maioria das publicações existentes é vinculada à área da psicologia e saúde, notando-se carência do envolvimento de professores com o fenômeno da violência.

Hazzard e Rupp (1986) verificam que profissionais de saúde mental e pediatras eram mais bem informados que professores (BRINO, 2003).

Segundo Brino (2003) a escola mostra-se como lugar ideal para detecção e intervenção em casos de abuso sexual, uma vez que o principal agressor geralmente encontra-se na família (85% dos casos). Considera-se que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de seus alunos, bem como promover a cidadania



dos mesmos. Para delinear um programa que possa capacitar tais profissionais em casos de abuso sexual, parece necessário, em primeiro lugar, conhecer o universo de informações que eles detêm sobre o tema, a legislação pertinente e direitos da criança e do adolescente.

Assim, uma vez treinados, os educadores poderiam identificar mais precocemente sintomas do abuso nessa faixa etária e promover uma intervenção mais cedo, com o intuito de evitar ou amenizar as conseqüências do abuso sexual (FAGOT *et al.* *apud* BRINO, 1989).

A indagação passa a ser a de como a universidade, órgão formador de profissionais da saúde e educação está preparada para discutir e apontar estratégias ao falarmos em todo o contexto sócio-político-cultural que envolve a violência à criança (ALGERI, 2005).

Segundo Brino (2003) os cursos de formação de professores, independente do nível, deveriam abordar em seu currículo informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (conhecimentos gerais e, mais especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra crianças e adolescentes); conhecimentos sobre abuso sexual (sintomas que a criança/adolescente apresenta quando sofre abuso sexual, principalmente relacionados à sala de aula e a seu desenvolvimento cognitivo, e atitudes a serem tomadas diante de um caso dessa natureza e apoio a essas crianças). Infelizmente, uma lacuna na formação de professores não permite, em última análise, dificulta que estes detenham informações apropriadas sobre abuso sexual e sobre os meios corretos de se lidar com esse grave problema.

Algeri (2005) acredita que a discussão sobre a violência intrafamiliar pode ocorrer em momentos mais amplos de debates, ou em momentos mais específicos, como em uma disciplina curricular, em sala de aula com exposição de situações, ou mesmo quando em atividade profissional durante ocorrência de caso no ambiente intra e interescolar. Posteriormente, Algeri e Souza (2006) afirmam que a universidade deve estar compromissada com tal realidade uma vez que seus alunos se defrontarão cotidianamente em sua prática com esta problemática (ALGERI *et al.*, 2007). Nesse sentido, a academia deve proporcionar muito mais do que informações, domínio de técnicas, ou o desenvolvimento da capacidade de raciocínio lógico. Os valores pessoais e de convivência que nela exercitam, devem instigar a capacidade de pensar, refletir e saber agir dos licenciandos (Algeri, 2005), sempre com uma postura solidária a vítima e a família, objetivando oferecer suporte para a resolução do problema (Algeri, 2006) dentro e fora da sala de aula e não somente o encaminhamento do caso aos órgãos competentes.



Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o cuidado institucional e profissional é um direito da criança e do adolescente, cuja assistência e a notificação são nossos deveres previstos na legislação brasileira. Destacam-se para esses fins aqui discutidos os seguintes artigos:

- *Artigo 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*
- *Artigo 13º: Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.*
- *Artigo 18º: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.*
- *Artigo 56º: Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:*
 - I - Maus-tratos envolvendo seus alunos;*
 - II - Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;*
 - III - Elevados níveis de repetência.*
- *Artigo 70º: É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.*
 - I - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:*
 - II - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;*
 - III - Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;*
 - IV - Em razão de sua conduta.*
- *Artigo 239º, parágrafo único: Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (incluído pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003).*
Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.
- *Artigo 240º: Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)*
Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008).
- *Artigo 241-Dº: Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11,829, de 2008)*
Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008).
- *Artigo 245º: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:*
Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso reincidência.

O enfrentamento à violência doméstica exige um trabalho interdisciplinar, estendido não somente as instituições de ensino e saúde, mas também a órgãos



públicos para que haja a interrupção das atitudes e comportamentos violentos no âmbito da família e por parte de qualquer agressor. Com isso, o emprego da rede de serviços públicos e atuação do Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude, viabilizará os encaminhamentos necessários para a garantia de direitos, sejam eles na esfera da saúde, educação, geração de renda, proteção jurídica e etc. (TERADA *et al*, 2006).

Com isso, creio não ser dever de o professor resolver tais problemas, o que ele pode e deve fazer sempre que identificar tais casos é denunciar ao Conselho Tutelar como previsto nos artigos 13º e 245º. Onde estes indivíduos serão conduzidos aos especialistas da área para acompanhamento dos respectivos casos e nós, como o desenvolvimento cognitivo do aluno. Esta sim é responsabilidade do professor, identificar possíveis causas que impeçam ou contribuem para o não desenvolvimento físico, emocional e psíquico do aluno.

3.10. O PAPEL DO PROFESSOR

Possivelmente uma pergunta que paira sobre suas mentes é sobre que vínculo pode ser estabelecido entre estas crianças, suas realidades e o papel de professor?

Os licenciandos, como futuros representantes do Estado para a educação desses indivíduos, passam a ter responsabilidades sobre sua formação e da sociedade. O segundo artigo da LDB relata dos princípios e fins da educação nacional:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Lei 9394/96 - LDB

Como mencionado anteriormente, tais problemas familiares e sociais atrapalham no desenvolvimento do educando, em seu preparo para o exercício da cidadania e também em sua qualificação para o trabalho.

Freud (*apud* Kupfer, em Freud e a Educação) mostrava que, no decorrer do período escolar, são os educadores que tomarão para a criança o lugar dos pais (do pai em particular) e que herdarão os sentimentos que a criança dirigia a esse último (www.janehaddad.com.br).



É exatamente pelas indicações citadas anteriormente que se verifica a necessidade de adequação dos cursos de licenciatura na abordagem de problemas sociais e familiares.

3.11. A ATUAL MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IQ/UFRJ

A matriz curricular atual do curso de Licenciatura em Química do IQ/UFRJ é o começo de um propenso e decisivo início de carreira profissional para o licenciando, já que ao final desta, os licenciandos têm a oportunidade de manter seu primeiro contato com o corpo escolar (instituição, professores e alunos). Com as recentes mudanças curriculares, já partir do primeiro período do curso tem esta mesma oportunidade, porém este mesmo cenário ainda não se repete para outros alunos de cursos de licenciatura. Em diversos estados brasileiros, os licenciandos são contratados pelo governo com intuito de suprir o déficit de professores do estado e seus respectivos municípios. Este programa é um projeto do Governo Estadual com a Secretaria de Educação do Estado (no caso em São Paulo), onde os alunos podem ministrar até 33 aulas/horas semanais com direitos igualitários aos dos professores efetivos. A Secretaria da Educação também dispõe de vagas para estagiários nas escolas. Mesmo sendo esse um estágio não remunerado, serve de carga horária obrigatória para conclusão da graduação (como em nosso Estado, RJ). Este tipo de contratação assemelha-se ao esquema assumido para alunos de pós-graduação ao atuarem como professores substitutos na UFRJ e demais universidades ou escolas de nível técnico como o CEFET de Química, com o diferencial de neste último caso já se tratarem de profissionais, o que não se repete no primeiro caso. Muito provavelmente um dos motivos que ainda impedem o Rio de Janeiro de agir de tal maneira é a legislação do Estado, porém, pode-se presumir que haveria melhora na atual situação que temos vivido na área da educação em nosso estado. Aliado a isto ainda podemos verificar alguns ganhos para o licenciando como:

- Experiência profissional;
- Auxílio para resolução de problemas que enfrentam em sala de aula;
- Suporte emocional e científico para enfrentar os problemas vividos no ambiente escolar;
- Oportunidades de desenvolvimento científico no campo educacional, ligados ou não a Química (como no nosso caso);



- Oportunidades de desenvolver relacionamentos e programas educativos, servindo como “pontes” entre a universidade, a escola e até mesmo estado/município.

A estrutura acadêmica geográfica da UFRJ é bastante extensa, com campos em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, como é o caso do Instituto de Química (Ilha do Fundão) e a Faculdade de Educação (Urca), separados por cerca de 15 km. Assim, no caso do Curso de Licenciatura em Química, os professores da área da educação não estão permanentes nos ambientes do Instituto de Química, uma vez que estes são da Faculdade de Educação, e apenas ministram suas aulas no Instituto de Química. Como fisicamente estão separados em campus diferentes, o corpo docente possui certa dificuldade de ter contato com tais professores, pois geralmente só os encontram uma vez por semana, no dia da aula. Assim, decresce a interação entre alunos e profissionais pedagógicos e conseqüentemente o possível suporte oriundo de tais profissionais para os licenciandos. O problema se agrava devido o curso de Licenciatura em Química ser no período noturno. Idealizo que o melhor seria um corpo de profissionais da Educação próximo aos alunos de licenciatura, onde estes os encontrariam com facilidade para solucionar suas dúvidas e promoverem discussões mais aprofundadas sobre os problemas vivenciados e a ser vivenciados. Caso os problemas ocorressem durante o período de estágio do licenciando, com a presença de professores das disciplinas da educação (Anexo I) presentes, os mesmos seriam melhor compreendidos e solucionados,.

Quanto às disciplinas da educação ministradas no curso de licenciatura em Química do IQ/UFRJ, nem todas carecem ter suas ementas totalmente reestruturadas, porém o diferencial seria a forma de abordagem, utilizando-se de exemplos reais e práticos para melhor compreender o conteúdo teórico e utilizá-lo. A simples transmissão do conteúdo deixa muito a desejar, porém pelos comportamentos dos alunos, pode-se utilizar do conteúdo teórico das disciplinas para melhor compreendê-los, em suas formas de pensar e se comportar. Certamente será possível também identificar problemas de aprendizado, juntamente com suas origens e por fim, detectar e intervir em casos de violência intra e interfamiliar, além de outros problemas sociais.

3.12. POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Segundo o artigo 87º da Lei 9894/96 – LDB – uma possível solução seria a inclusão do tema em questão na matriz curricular do curso de formação de professores, adequando a teoria a prática educacional. Tal modificação não necessita

de uma reestruturação do programa das disciplinas (Anexo I) e sim da inclusão do assunto a ementa de algumas disciplinas condizentes com tais observações aqui mencionadas.

Art. 87. § 3o O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;

Lei 9394/96 - LDB

Identifico que o déficit na formação profissional dos alunos da licenciatura poderia ser resolvido conforme o esquema piramidal a seguir:



Fig. 3 – Pirâmide de prioridade na qualificação do Licenciando

Por este esquema identificamos que a questão da conscientização quanto a existência do problema é o primeiro passo para a busca de uma melhor qualificação. Depois, a integração entre as áreas acadêmicas (áreas humanas e técnicas) irá provocar uma melhora significativa na formação destes alunos. A seguir, usando-se de experiências e vivências do ambiente escolar no âmbito universitário, os licenciandos terão mais oportunidades de discussão. E obviamente no topo de nossa pirâmide encontra-se a capacitação profissional que deve ser fornecida aos licenciando de forma a permitir que estes possam chegar a suas conclusões de como identificar, pensar, agir e solucionar problemas deste tipo.

Analisando mais detalhadamente cada um dos itens:

- Capacitação técnica: Melhoria na qualificação profissional dos licenciandos, com adição curricular de informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (conhecimentos gerais e, mais especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra crianças e adolescentes); conhecimentos sobre abuso sexual (sintomas que a criança/adolescente apresenta quando



sofre abuso sexual, principalmente relacionados a sala de aula e atitudes a serem tomadas diante de um caso dessa natureza e apoio a essas crianças. Além de inclusão de mesas redondas, palestras, grupos de discussão e participação em atividades de outros grupos que trabalham com esta problemática;

- **Experiências e Vivências:** Abordagem e discussão de questões afetivas e comportamentais no espaço universitário e contato com o ambiente escolar a partir dos primeiros períodos de curso;
- **Integração:** Convênio com o estado e municípios para inserir o licenciando no mercado; Grupos de pesquisa das Faculdades de Educação, Serviço Social, Filosofia, Psicologia, Medicina e outros. Inclusão de profissionais (psicólogos e professores da educação) a disposição dos licenciandos.
- **Conscientização:** Reconhecimento sobre futuros alunos e problemas a serem vivenciados nos ambientes escolares.

4. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho de pesquisa, partiu-se inicialmente da experiência vivida na Campanha King's Kids. Posteriormente, buscou-se identificar qual o nível de conhecimento dos atuais licenciando sobre este assunto e de que maneira estes futuros professores identificavam que sua formação acadêmica poderia influenciar na questão de como lidar com problemas de mesma natureza. Para isto foi realizada uma pesquisa de campo através de questionário com os alunos pertencentes a turmas finais do curso de Licenciatura em Química da UFRJ e educadores de escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio do município do Rio de Janeiro.

A construção deste formulário de pesquisa (ANEXO II) foi baseada em pesquisa semelhante, conforme o artigo acerca do abuso sexual infantil (Brino, 2003). O formulário era composto de 12 perguntas objetivas, onde existia certo espaço para manifestações sobre os assuntos. Após o recebimento deste formulário, foi dado o prazo de 15 dias para respostas. De posse dos resultados obtidos, partiu-se a análise dos mesmos, conforme o item a seguir.



5. RESULTADOS

Este estudo também teve como objetivo caracterizar as informações sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes de 27 educadores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental do município do Rio de Janeiro e médio e os alunos pertencentes a turmas finais do curso de Licenciatura em Química da UFRJ.

Os resultados indicaram que a maioria dos educadores possuía informações insuficientes acerca do tema, onde muitos afirmaram adotar medidas inadequadas diante de um possível caso de violência contra a criança ou adolescente.

A maioria dos professores (67%) declarou nunca ter lido o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, muito embora mais que a metade (60%) dos que tiveram acesso ao conteúdo deste documento, afirmam o terem lido mais de uma vez. Interessante é que 78% dos que leram o documento, disseram não poder descrever qualquer informação sobre abuso sexual contida no Estatuto. Tais dados sugerem que grande parte deles não assimilou ou não dispõe de informações acerca do abuso sexual contidas no ECA.

Surpreendentemente, de todos os participantes da pesquisa, a maioria afirma nunca ter presenciado ou ter conhecimento de alguma história de abuso sexual ou outro tipo de violência dentro das escolas. Porém dos profissionais que tomaram conhecimento de casos desta natureza (n = 3) nenhum ocorrera em sua sala de aula, mas na escola em que trabalham e na comunidade vizinha envolvendo espancamento de alunos em brigas e até ameaças de morte de alunas pelos namorados. Outro caso descrito por um dos professores, segundo ele, ocorreu:

“com várias alunas – menores de idade, dado o curso ser de Ensino Médio – 2º ano, envolvendo violência e assédio praticado por um professor de Matemática que veio a constranger as alunas, com palavras obscenas, gestos e de segunda intenção. Motivo pelo qual o professor foi desligado da Unidade Escolar. Penso que o constrangimento nesse caso ter repercutido na vida pessoal das alunas (muitas ficaram chorosas e envergonhadas), e, já que um professor é alguém que goza de respeito e autoridade na sociedade”.

Segundo o ECA, somente o desligamento do professor não é a consequência cabível, visto que o mesmo deveria ter sido enquadrado em conformidade com o artigo 241º D do Estatuto que diz que:

“Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11,829, de 2008). Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)” (grifo nosso).



Tabela 1: Procedência da Criança ou Adolescente, vítima de Abuso Sexual

Procedência da Vítima	Freqüência	Porcentagem
Própria escola, fora de sua classe	2	66,6%
Bairro da própria escola	1	33,3%
Sua própria classe	0	0
Outra escola	0	0
TOTAL	3	100%

Observou-se pelo relato dos participantes que souberam de casos e/ou tiveram de lidar, ainda que indiretamente, com casos de abuso sexual inter e intraescolar, a necessidade de informação sobre procedimentos adequados em casos de abuso sexual.

A questão 5 do questionário (Anexo II) foi formulada propositalmente para verificar se o entrevistado está atento com suas responsabilidades como professor, no que diz respeito a ações e procedimentos a serem tomados em caso de abuso sexual (Tabela 2.). As respostas obtidas indicaram que 100% dos participantes assinalaram ajudar, porém somente 35,7% tomariam atitudes que envolveriam a denúncia do caso, conforme indicado no ECA nos artigos 13º e 245º. Os outros 64,3% tomariam outras atitudes que não a denúncia, como conversar com a vítima, conhecer a família ou levar o caso a direção da instituição de ensino. Tais atitudes demonstram o despreparo e falta de informação a respeito do que um professor deve fazer ao identificar um caso de abuso sexual, podendo até, em certos casos, prejudicar a vítima e/ou colocar a vítima e a sua própria segurança em risco, principalmente quando referir-se a criança cujos pais podem ser violentos e os responsáveis diretos por tais abusos.



Tabela 2: Procedimentos Adotados diante de Caso de Abuso Sexual

Procedimentos	Frequência	Porcentagem
Ignorar	0	0%
Procurar a direção	9	21,4%
Denunciar o caso	15	35,7%
Procurar os pais	3	7,1%
Conversar com a criança	6	14,3%
Não saberia o que fazer	9	21,4%
TOTAL	42	100%

Dentre os sintomas citados pelos professores (ver Tabela 3), grande parte é descrita pela literatura sobre o tema (Terada *et al*, 2006; Algeri, 2005 e 2007; Brino, 2003; Ferrari *et al*, 2002) com exceção da reprodução do ato violento ou omissão frente a um caso, na fase mais madura (ALGERI, 2005 e 2007). Contudo, apenas a citação destes não é suficiente, para que o professor possa realmente identificar um caso de violência, sexual ou de outra natureza. Um conjunto de sintomas e o contexto social e familiar da vítima devem ser compreendidos.

Tabela 3: Sintomas apresentados por Crianças ou Adolescentes Sexualmente Abusados

Comportamentos	Frequência	Porcentagem
Agressividade	6	8,2%
Problemas emocionais	15	25,8%
Medo	6	8,2%
Vergonha	6	8,2%
Problemas de aprendizagem	15	20,8%
Retração, isolamento e comportamento antissocial	18	25%
TOTAL	66	100%

De modo geral, a Tabela 3 informa sobre a ciência de sintomas que a criança sexualmente abusada apresenta.

Dentre as questões levantadas, questionou-se qual o papel do professor como representante do Estado na figura do educador e seu posicionamento frente a casos de abuso sexual (Tabela 4) e como eles se consideram preparados (ver Tabela 5).

Tabela 4: Dever do Professor em Casos de Abuso Sexual

Situação	Freqüência	Porcentagem
Ignorar	0	0%
Denunciar	15	55,6%
Tentar ajudar	12	44,4%
TOTAL	27	100%

Tabela 5: Resposta de Entrevistados diante de um Caso de Abuso Sexual

Situação	Freqüência	Porcentagem
Suficientemente preparado	3	10%
Pouco preparado	3	20%
Muito pouco preparado	9	30%
Despreparado	3	10%
Totalmente despreparado	9	30%
TOTAL	27	100%

Semelhante a questão 5 do Anexo II (Tabela 2), a questão 9 (Tabela 4) especifica o sujeito da ação, onde o leitor não se dá conta que ele é o professor e assim sua resposta não foi tão abrangente (perguntas subjetivas), havendo certo acréscimo percentual no ato de denunciar os casos de abuso sexual. Tal resposta evidencia que alguns dos professores entrevistados não assimilaram bem seu papel como educador e uma das principais fontes de detecção e intervenção de violência contra crianças e adolescentes.

A Tabela 5 revela o dado alarmante do quanto eles se consideram despreparados ou muito pouco preparados frente a um caso de violência contra crianças e adolescentes.

Avaliando ainda o conhecimento dos professores sobre o ECA, na questão 8 do formulário de pesquisa, estes foram questionados sobre de quem é a responsabilidades destas crianças e adolescentes (Tabela 6), e somente um professor respondeu corretamente de acordo com o ECA nos artigos 18 e 70, que dizem que:

“é dever de TODOS velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

“é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (grifo nosso).



Tabela 6: Responsáveis pelas Crianças e Adolescentes vítimas de Violência (Sexual ou de Outra Natureza)

Responsabilidade	Freqüência	Porcentagem
Pais	27	100%
Própria	3	11,1%
Governo	21	77,8%
Escola	21	77,8%
Professores	12	44,4%
TOTAL	27	100%

Dentro da esfera universitária sobre o ponto de vista de formação de professores, questionou-se numa escala de 0 a 5, onde zero representa nenhum e cinco excelente, como os entrevistados consideravam que os seus cursos de formação em licenciatura os preparou para trabalhar com esta realidade escolar (violência sexual ou física, e problemas familiares) os resultados estão na Tabela 7.

Tabela 7: Escala de Consideração a Respeito do Preparo Profissional obtida pela Universidade acerca de Casos de Violência

Escala	Freqüência	Porcentagem
Zero	14	51,9%
Um	10	37,0%
Dois	2	7,4%
Três	0	0%
Quatro	1	3,7%
Cinco	0	0%
TOTAL	27	100%

Este dado é de grande importância por que vem reforçar a tese levantada anteriormente de que infelizmente os cursos de licenciatura ainda não conseguem formar profissionais para lidar com situações reais de sua vivência profissional. Algumas das soluções propostas podem ser encontradas neste mesmo texto.

O grupo entrevistado foi questionado sobre a maneira como avaliam que um problema de violência familiar ou social, de natureza sexual ou física poderia afetar o aprendizado de Química de um aluno (Tabela 8), porém se sabe que tal problema



enfrentado pela criança ou adolescente acarreta diversos sintomas, como os aqui mencionados (Tabela 3). Conforme foi descrito por um dos entrevistados “não só o ensino de Química, mas toda a sua relação com o mundo é impactada”, afirmativa condizente com a maioria das respostas dos entrevistados, que afirmaram ser extremamente impactante.

Tabela 8: Como problemas de Violência Familiar ou Social afetam ao Aprendizado de Química e de Outras Disciplinas

Resposta	Freqüência	Porcentagem
Muito pouco	0	0%
Pouco	0	0%
Irrelevante	0	0%
Relevante, mas não decisório	3	11,1%
Extremamente impactante	24	88,9%
TOTAL	27	100%

De modo a compreender como inserir o tema no contexto universitário, especificamente na formação de professores, questionou-se sobre quais disciplinas das Licenciaturas, eles viam ter necessidade de terem seu conteúdo programático adaptado para trabalhar com esta nova realidade do ensino (Tabela 9).

Tabela 9: Disciplinas para abordar o problema da Violência Sexual

Disciplinas	Freqüência	Porcentagem
Psicologia	24	88,9%
Didática Geral	3	11,1%
Filosofia da Educação	9	33,3%
Prática de Ensino	3	22,2%
Sociologia	12	44,4%
Estrut. e Funcionamento da Educação	12	44,4%
Didática Especial	9	33,3%
TOTAL	27	100%

Os resultados indicam que quase todas as disciplinas devem agrupar o problema da violência sexual. Conforme pode ser observado no Anexo I que mostra as



ementas das disciplinas teóricas da formação pedagógica das Licenciaturas, nenhum conteúdo desta natureza está acrescido. Com isso, algumas mudanças poderiam ser adotadas, por exemplo, a abordagem do ECA pela disciplina “Estrutura e Funcionamento da Educação”, visto que esta é uma disciplina que aborda toda a legislação pertinente a educação.

Creio que uma melhor avaliação das ementas se torna necessária, aliada a um estudo mais aprofundado, de forma a adequar teoria a prática educacional.

Como visto na Tabela 9, a disciplina de Psicologia da Educação é a mais mencionada pelos entrevistados, visto que esta tem sido uma marca constante no modo de encarar e buscar soluções para os problemas educacionais da modernidade (CARVALHO, 2002). Porém, suas técnicas inovadoras têm fugido de sua proposta original e contribuído apenas aos aspectos metodológicos o ensino, ou seja, o como ensinar (CARVALHO, 2002).

Parece ser possível concluir por esta pesquisa que a maioria dos entrevistados não domina informações sobre o conteúdo ligado ao tema abuso sexual do ECA e também de seu conteúdo geral. Além disto, aquelas que foram capazes de fornecer alguma informação não o fizeram de forma correta e condizente com o Estatuto. Apesar de todos os entrevistados serem capazes de identificar alguns sintomas, apenas 37,5% afirmaram proceder a denúncia mediante um caso de violência, o que ratifica a necessidade de um treinamento aprofundado para que o professor saiba identificar se um conjunto de sintomas, foi um processo, se é ocasional, ou se esses sintomas têm permanecido por um período longo (BRINO, 2003).

Os resultados obtidos demonstram que a lacuna na formação de professores não permite ou dificulta que detenham informações apropriadas sobre abuso sexual e sobre os meios corretos de se lidar com esse grave problema.

O fato de não culminar em denúncia quando reconhecem um caso típico de violência nas respostas dos demais participantes pode estar relacionado a três hipóteses:

- a. desconhecimento do ECA, que não só, coloca a denúncia como obrigatória, como também prevê pena a pessoa/professor que se omite da denúncia;
- b. medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança;
- c. crenças inadequadas sobre o papel do professor, relativas ao seu não envolvimento em problemas familiares dos alunos (BRINO, 2003).



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel que exerci durante a Campanha de King's Kids foi de extrema importância para mim, já que me fez rever conceitos e valores antes não compreendidos, além de melhorar meu convívio familiar e comportamento social, contribuindo para aumentar ainda mais o interesse pela docência. Além disso, trouxe-me o entendimento que alguns comportamentos infanto-juvenis são uma mensagem de socorro, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes. Dessa forma, a função de representantes que demonstram a figura paterna (materna), como o (a) professor (a), é fundamental para a formação do sujeito, com reconhecimento de direitos e deveres no âmbito escolar, familiar e social.

Também destaco a importância de atividades físicas, culturais e científicas como estratégias curadoras e de socialização da criança e do adolescente, uma vez que estes servirão de alívio de suas lembranças e socialização com as demais crianças e adolescente que os cercam, acrescido do aspecto curativo que estas podem exercer.

Todas essas vivências seguida da preparação do presente projeto de pesquisa, levou-me a conclusão semelhante a de Ferrari *et al* (2002):

“trabalhar com a violência presente nas famílias, tanto no plano preventivo quanto curativo, permite ao profissional ser um trabalhador da construção de uma sociedade menos violenta no futuro”.

A inclusão dessas abordagens nos cursos de formação de futuros profissionais da Educação resultaria no mínimo em uma conscientização do licenciando para identificar, denunciar e não cometer tais abusos, uma vez que tais casos ocorrem com certa frequência em todo o mundo.

Mais especificamente, quanto à questão do abuso sexual, esta deve ser tratada nas escolas, possivelmente abordada junto à orientação sexual. Cabe lembrar, que uma criança maltratada pode vir a ser um adulto abusador em potencial (BELSKY, 1993; DE ANTONI *et al*, 2000).

Além de casos de violência sexual, relatos de abandono, rejeições, descontinuidade das relações familiares, maus-tratos e exposição a outros tipos de violência contribuem como fatores de risco no desenvolvimento do aluno, nos campos da saúde física, nos aspectos emocionais, sociais, cognitivos e comportamentais, e segundo o ECA devem ser denunciadas ao Conselho Tutelar.

Desta forma, destaca-se a importância de estudos de caráter longitudinal, que enfoquem a trajetória de vida de crianças e adolescentes inseridos em contextos de risco pessoal (familiar) e social, possibilitando uma maior compreensão e identificação



dos fenômenos comportamentais destes, junto aos familiares e os diferentes ambientes que freqüentam. A partir do maior conhecimento do processo, durante a infância e a adolescência, poder-se-á ter maiores subsídios para o planejamento de programas de prevenção e intervenção junto a esta população. Para isto creio que programas que aumentem o envolvimento dos pais nos cuidados dos filhos, que alertem contra o envolvimento com pares violentos e conseqüências a cerca da fragilidade ou a inexistência da figura paterna e o uso de práticas educativas baseadas na violência, devem ser amplamente divulgados.

Com isso, pode-se dizer que o presente estudo, com seus relatos, revisão bibliográfica e a pesquisa, se justifica pelas contribuições que podem fornecer tanto para o campo da saúde quanto para a educação. Reconhecidamente um sujeito que apresente problemas psicológicos e sociais jamais estará plenamente inserido no processo educacional de forma que possa ter progressos significativos no campo do desenvolvimento cognitivo. Assim, é impossível dissociarmos a questão do aprendizado da violência contra a criança e o adolescente. Contudo, não é preciso que transformemos professores em pais e mães fictícios, pois se entende que estes não são seus papéis. Mas observar e tentar compreender os alunos em suas vidas no período escolar, se faz necessário. Calcula-se que um professor cuja carga horária é de quatro aulas por semana passará entre 150 a 200 horas por ano com os mesmos alunos, tempo também oportuno para identificar problemas familiares e sociais que impede o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e à prática social (Lei 9394/96 – LDB, Art. 1º e 2º).



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Algeri, S.; *A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação*; **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS); vol. 26, n. 3, dez/2005, p. 308-315.
2. Algeri, S.; Almoarqueg, S. R.; Borges, R. S. S. Quaglia, M. C.; Marques, M. F.; *Violência intrafamiliar contra a criança no contexto hospitalar e as possibilidades de atuação do enfermeiro*; **Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, Vol. 27, n. 2, 2007, p. 57-60.
3. Algeri, S.; Souza, L. M.; *Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem*; **Revista Latino-americana de Enfermagem**; Vol. 14; n. 4, julho-agosto/2006.
4. Bastos, L. R.; Paixão, L.; Fernandes, M. L.; Deluiz, N.; *Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias*; **Editora Afilada**, 4ª Ed, 1995.
5. BRASIL, Ministério da Educação. *LDB nº 9394/96*.
6. Brasil, Presidência da República. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990: *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília (DF): Presidência da República: 1990.
7. Brino, R. F; Willians, L. C. A.; *Concepções da Professora acerca do abuso sexual infantil*; **Caderno de Pesquisa**, n. 119, julho/2003, p. 113-128.
8. Carvalho, D. C.; *A psicologia frente à educação e o trabalho docente*; **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, jan/jun 2002, p. 51-60.
9. Cia, F.; Williams, L. C. A.; Aiello, A. L. R.; *Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão da literatura*. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, 2005.
10. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Encontros de articulação do CONANDA com os Conselhos Tutelares. Brasília (DF): CONANDA; 2000.
11. Costa, E.; O Corpo/identidade Masculino nos cuidados com a Infância www.cetrans.com.br/artigos/Eduardo_Costa.pdf (acessado em 30/04/2009)
12. Dell' Aglio, D. D.; Santos, S. S.; Borges, J. L., *Infração Juvenil feminina: Uma trajetória de Abandonos*. **Interação em Psicologia**. Vol. 8, n. 2, 2004, p. 191-198.
13. Drescher, J. M.; *Sete necessidades básicas da criança*; **Mundo Cristão**, 2ª Ed, 1985.



14. Eizirik, M.; Bergmann, D. S.; *Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso*; **R. Psiquiatr.** RS, v. 26, n. 3, set./dez., 2004, p. 330-336.
15. Ferrari, D. C. A.; Vecina, T. C. C.; Cais, A. C.; *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. **Editora Agora**, 2002.
16. http://www.educacao.ufrj.br/ensino/graduacao/coord_licenciaturas/ementas/index.php (acessado em 06/02/2009)
17. http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=RGC407 (acessado em 30/04/2009)
18. http://www.janehaddad.com.br/artigo-aprendizagem_psicanalise.htm (acessado em 31/10/2008)
19. <http://www.profissaomestre.com.br/php/verMateria.php?cod=3514> (acessado em 31/10/2008)
20. Pereira, D.; Santos, D.; Carvalho, M.; *Ciência do espaço: espaço mundial*; **Atual Editora**, SP, 4ª Ed., 1995, pg 110-114.
21. Petta, N.L.; Ojeda, E.A.B; *História uma abordagem Integrada*; **Ed. Moderna**; Vol. Único; 1999, pg 108-115.
22. Rabelo, I. F. A.; Degradação familiar e delinqüência infanto-juvenil: uma relação acerca das implicações da ausência paterna com comportamento dos filhos menores; <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9502> (acessado em 16/10/2008)
23. Sena, I. J.; Machado, T. R. C.; Coelho, M. T. A. D.; *A delinqüência juvenil e suas relações com a função paterna*, <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/48/42> (acessado em 30/04/2009).
24. Souza, R. M.; *Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos*. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, 2000, p. 203-211.
25. Terada, D. P.; Fugiwara, P.; *Enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes*; http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/29_Daniela_Pavan_Terada.pdf (acessado em 30/04/2009)
26. Wang, M.; Jablonski, B.; Magalhães, A. S.; *Identidades masculinas: limites e possibilidades*. **Psicologia em Revista** – Belo Horizonte; v. 12, n. 19, 2006, p. 54-65.
27. <http://www.jocum.org.br/jocum.php?pagina=quemsomos&assunto=indice> (acessado em 28/04/2009)
28. www.kingskids.com.br (acessado em 25/10/2008)



ANEXO I

EMENTA DAS DISCIPLINAS TEÓRICAS DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DAS
LICENCIATURAS – FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRJ



Graduação - Coordenação de Licenciatura

Ementas das Disciplinas Teóricas da Formação Pedagógica das Licenciaturas

EDA 592 – Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus

Créditos 04

60 horas/aula.

Educação Brasileira: visão histórica. A educação no pós-30 e no Estado Novo Educação e redemocratização no país no pós-45 A LDB- conseqüências da implantação da lei 4.024/61 para ensino primário e médio do país. O ensino 1º e 2º graus no regime militar 1964 – 1984. Leis 5.692/71 e 7.0044/82. Pressupostos implicações e problemas. A educação na transição democrática. O ensino de 1º e 2º graus na atualidade: educação, cidadania e trabalho. Gestão da escola de 1º e 2º graus: propostas para sua democratização. Magistério, formação, carreira e condições de trabalho.

EDD616 –Didática Geral

Créditos 04

60 horas/aula.

Pressupostos e características da didática. O contexto da prática pedagógica. A dinâmica da sala de aula. A construção de uma proposta de ensino-aprendizagem. A vivência e o aperfeiçoamento da didática.

EDF 333 – Sociologia da Educação

Créditos 03

60 horas/aula.

Conceituação e delimitação do campo de estudo da Sociologia da Educação. Relação entre sociedade global e educação: as perspectivas positivistas, marxistas e liberais. A análise sociológica dos problemas educacionais brasileiros

EDF526 – Psicologia da Educação I

Créditos 03

60 horas/aula.

Introdução ao estudo da Psicologia. Breve histórico dos pressupostos epistemológicos. Principais escolas contemporâneas: behaviorismo, gestaltismo e psicanálise – suas contribuições para a educação. O desenvolvimento humano e sua relação com a aprendizagem. Desenvolvimento da personalidade do aluno nos seus aspectos afetivo, cognitivo, social e mental.



EDF 527 - Psicologia da Educação II

Créditos 03

60 horas/aula.

Introdução à Psicologia da Aprendizagem: conceito; histórico. Fatores fisiológicos, cognitivos, motivacionais e sociais da aprendizagem. Principais teóricas da aprendizagem: cognitivas comportamentalistas e humanistas.

EDF 543 – Fundamentos Filosóficos da Educação

Créditos 03

60 horas/aula.

Vinculação entre ciências e filosofia. A filosofia como discurso vivo e atual sobre questões radicais. A busca de sentido da educação como tarefa da filosofia. Matrizes da educação contemporânea: poder, disciplina e autoridade. Problemas atuais da Filosofia da Educação brasileira. Análise filosófica do cotidiano pedagógico brasileiro. Problemas, impasses e perspectivas de uma filosofia da educação brasileira para o século XXI.

EDD 505 - Didática Especial da Química I

Créditos 02

30 horas/aula.

Química no ensino médio. Teorias da aprendizagem de Ciências: principais tendências educacionais para o Ensino de Química. Abordagem tradicional e propostas alternativas no Ensino de Química; experimentação no processo ensino-apredizagem de Química: Função de linguagem no processo de formação de conceitos. Uso de modelos e analogias no Ensino de Química. Materiais paradidáticos no Ensino de Química.

EDD 622 – Didática Especial da Química II

Créditos 02

30 horas/aula.

Didática de Química e o exercício do magistério. Ensino de Química no nível médio. Objetivos educacionais no exercício da Química. Os conteúdos e o planejamento de disciplinas de Química; recursos no Ensino de Química.

EDD U07 – Prática de Ensino de Química e Estágio Supervisionado

Créditos 08

400 horas/aula.

Reconhecimento de instituições, projetos e experiências de desenvolvimento curricular em diferentes espaços educativos. Observação e análise de experiências docentes, em escolas de Educação Básica, com respaldo teórico e crítico. Capacitação do licenciando como profissional do magistério. Desenvolvimento de práticas pedagógicas, reflexivas, criativas e críticas, teoricamente fundamentadas.



ANEXO II

PESQUISA PARA PROJETO FINAL DE CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA



O abuso sexual pode ser definido, como

“qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que a ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade”

(PIRES *apud* BRINO, 1999)

Estudos do IML e do Pavas em SP, avaliam que apenas 10 a 15 % dos casos são revelados. (...)

Segundo Brino (2003) **a escola mostra-se como lugar ideal para detecção e intervenção em casos de abuso sexual**, uma vez que o principal agressor geralmente encontra-se na família (85% dos casos). Considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, para delinear um programa que possa capacitar tais profissionais em casos de abuso sexual, parece necessário, em primeiro lugar, **conhecer, ainda que sumariamente, o universo de informações que eles detêm sobre o tema, sobre a legislação a respeito e sobre os direitos da criança e do adolescente.**

Assim sendo, educadores treinados poderiam identificar, mais precocemente, sintomas do abuso nessa faixa etária e promover uma intervenção mais cedo, com o intuito de evitar ou amenizar as conseqüências do abuso sexual (FAGOT *et al.* **apud** BRINO, 1989).

Hazzard e Rupp (1986) verificam que profissionais de saúde mental e pediatras eram mais bem informados que professores.

Os cursos de formação de professores, independente do nível, deveriam abordar em seu currículo informações sobre o ECA (conhecimentos gerais e, mais especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra crianças e adolescentes); conhecimentos sobre abuso sexual (sintomas que a criança/adolescente apresentam quando sofre abuso sexual, **principalmente relacionados a sala de aula** e atitudes a serem tomadas diante de um caso dessa natureza e apoio a essas crianças.

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: - multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

(Artigo 245º do ECA, 1990)

Segundo Brino (2003) a lacuna na formação de professores não permite ou dificulta que detenham informações apropriadas sobre abuso sexual e sobre os meios corretos de se lidar com esse grave problema.

.....



Após a leitura do trecho acima, convidamos você a fazer parte de uma pesquisa sobre este assunto. O principal objetivo do estudo deste tema é **destacar o significado de profissionais da educação, principalmente professores que auxiliam na educação de crianças e de adolescentes, sobre a identificação de problemas intra e inter-familiares de seus alunos**. Para isto, elaboramos o questionário abaixo, que faz parte do projeto de pesquisa de monografia do aluno Fábio Junior Moreira Novaes, aluno do do Instituto de Química da UFRJ. Este é um dos requisitos para a Conclusão do curso de Licenciatura em Química. Assim, as suas respostas serão fundamentais não só para este trabalho, mas como contribuição para a melhoria de qualidade do curso em questão.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e utilizadas única e exclusivamente nesta pesquisa. Asseguramos total sigilo sobre sua participação. Os dados obtidos serão analisados de forma a impossibilitar sua identificação e/ou das escolas nas quais você leciona. Neste termo constam ainda os emails, telefones e o endereço do pesquisador principal, sendo que em caso necessidade de maiores esclarecimentos sobre o projeto e sua participação, não hesite em entrar em contato. Todos os dados produzidos serão de domínio público.

Devido à iminência do prazo, pedimos a gentileza da devolução deste questionário em um prazo máximo de **7 dias** a contar de seu recebimento.

Previamente agradecemos a sua participação, contando com a sua colaboração em atendimento ao prazo!

Pesquisa para Projeto Final de Curso de Licenciatura em Química

Tema do Projeto: A necessidade de adequação dos cursos de licenciatura na abordagem de problemas sociais e familiares

Dados Pessoais:

Nome: _____ Idade: () anos.

Instituição de Ensino:

Nome: _____

() Pública () Privada

() Municipal () Estadual () Federal

Município: _____.

Bairro: _____.

Dados Profissionais:

Cursos de formação: () Licenciatura em Química () Bacharelado em Química

() Química Tecnológica

() Química Industrial () Engenharia Química () Outras

Disciplina: () Química () Outras

Série que leciona ou estagia: () 1º ano – Ens. Médio () 2º ano – Ens. Médio () 3º ano – Ens. Médio () Outras

Tempo de Magistério: () anos

Você autoriza a divulgação dos dados abaixo? () sim () não



Questionário:

1. **Você em algum momento de sua formação ou posteriormente leu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?**
() sim, mais de uma vez () sim, uma única vez () não
2. **Você poderia descrever algumas informações sobre o ECA (ou outra fonte) no que diz respeito a abuso sexual?**
() sim () não
3. **Você já presenciou ou tem conhecimento de alguma história de abuso sexual ou outro tipo de violência dentro das escolas?**
() sim () não
4. **Caso sua resposta a pergunta 3, tenha sido sim, descreva onde, quando, idade e sexo da vítima na época e se fora observada alguma mudança comportamental da vítima.**

5. **Quais foram/seriam seus procedimentos e ações diante de um caso de violência?**
() ignora () denuncia () tenta ajudar
6. **Você poderia identificar alguns sintomas da criança/adolescente vítima de abuso sexual?**
() sim () talvez () não
7. **Sendo um representante do estado na formação desses cidadãos, como você se considera em relação a essas questões?**
() muito pouco preparado () pouco preparado () suficientemente preparado () despreparado () totalmente despreparado
8. **Em sua opinião de quem é a responsabilidade por essas crianças/adolescentes?**
() pais () própria () governo () escola () professores
9. **Para você qual é o papel do professor ao se deparar com um caso de abuso sexual em sua classe?**
() ignora () denuncia () tenta ajudar
10. **Numa escala de 0 a 5, onde zero representa nenhum e cinco excelente, como você considera que o seu curso de formação em licenciatura o (a) preparou para trabalhar com esta realidade escolar (violência sexual ou física, e problemas familiares)?**
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
11. **Quais disciplinas da Licenciatura, você vê que precisariam ter seu conteúdo programático adaptado para trabalhar com esta nova realidade do ensino?**
() Psicologia da educação () Didática Geral () Filosofia da Educação
() Prática de Ensino () Sociologia () Estrutura e Funcionamento do Ensino
() Didática Especial
12. **De que maneira você avalia que um problema de violência familiar ou social, de natureza sexual ou física pode afetar o aprendizado de Química de um aluno?**
() muito pouco () pouco () irrelevante () relevante, mas não decisório () extremamente impactante



ANEXO III

MATRIZ CURRICULAR: LICENCIATURA EM QUÍMICA – 2008/1



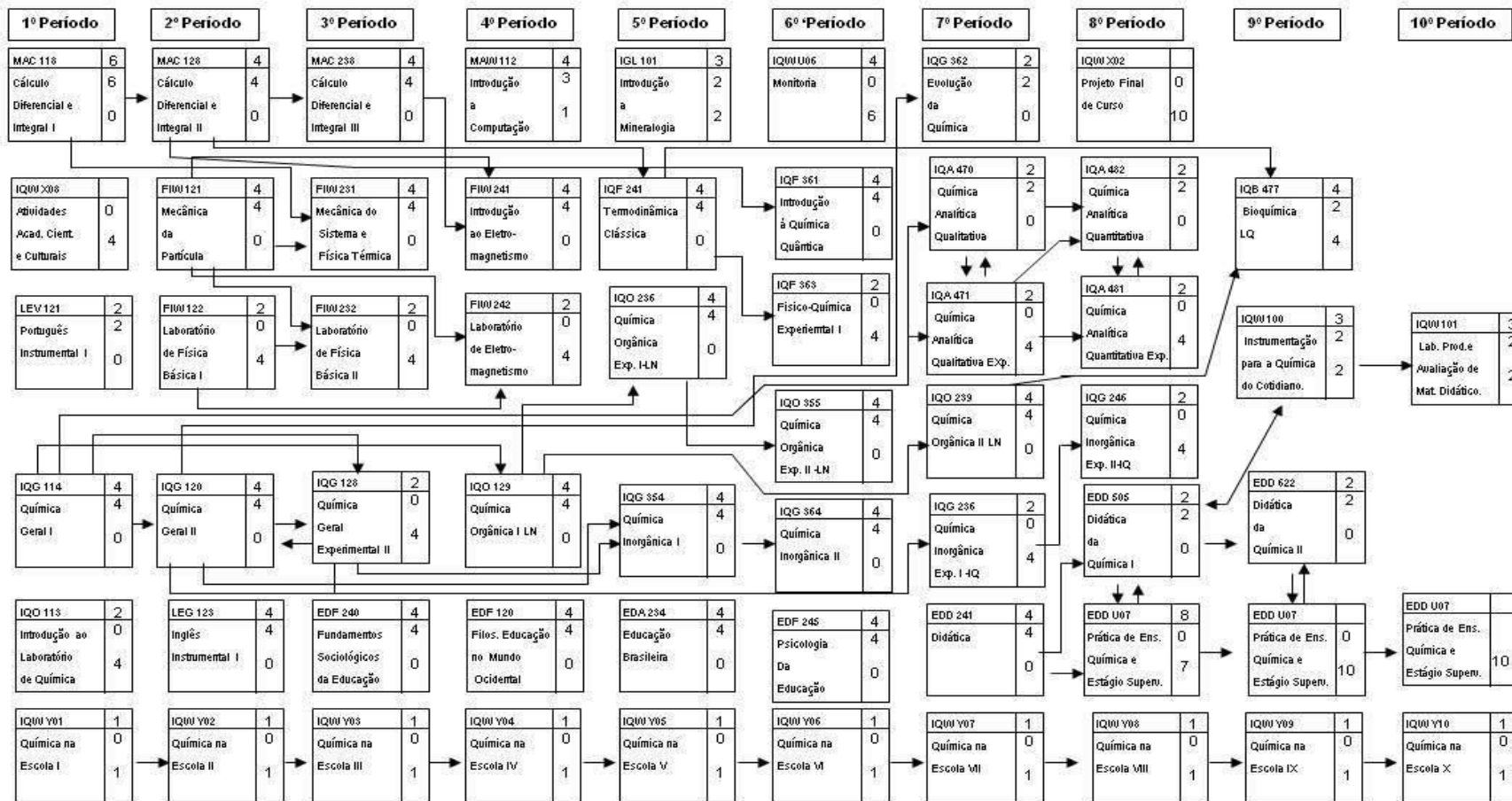
PROJETO FINAL DE CURSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICA E DA NATUREZA
INSTITUTO DE QUÍMICA



MATRIZ CURRICULAR: LICENCIATURA EM QUÍMICA - 2008/1





ANEXO IV

MATRIZ CURRICULAR: LICENCIATURA EM QUÍMICA – 2006/1



PROJETO FINAL DE CURSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE QUÍMICA
Grade Curricular - Curso de Licenciatura em Química

